

Sumário Executivo:

Guia de investimento na China

InvestSP – Escritório Xangai
BDCo – Business Delivery Company



Gustavo Diniz Junqueira

Presidente da InvestSP

Formado em Administração pela FAAP e com mestrado pela Thunderbird School of Management da Universidade do Arizona, Gustavo Diniz Junqueira possui uma longa experiência no setor financeiro.

Iniciou sua carreira em commodities trading na Glencore, trabalhou na divisão de fusões e aquisições da Enron, atuou como CFO da Gradiente Eletrônica e da EZTEC, trabalhou em investment banking na Arsenal Investimentos, Banco Pine e Brasilpar, onde foi sócio-diretor. Exerceu por mais de 10 anos o cargo de conselheiro de administração em várias empresas. É integrante da Câmara de Commodities da B3 – Brasil Bolsa Balcão e membro titular da Academia Nacional de Agricultura.

No setor público, foi Secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, de 2019 a 2021, modernizou e transformou a gestão com a implementação do Programa “Cidadania no Campo - 2030”, um planejamento estratégico que tem como missão levar os serviços e a estrutura das cidades para toda a área rural.



José Mario Antunes

Chief Operating Officer InvestSP Xangai

Mais de 10 anos de expertise no desenvolvimento das relações comerciais Brasil-China. Iniciou sua trajetória profissional no Arab Banking Corporation Brasil. Trabalhou para a WTorre Engenharia e Construções S.A em Beijing, China, o Bank of China em São Paulo, Brasil, e novamente na China trabalhou para a Confederação Nacional do Transporte, CNT, e chefiou o escritório da APEX Brasil, Agência Brasileira de promoção de Exportações e Investimentos.

Engenheiro Civil pela Escola de Engenharia Mauá, São Paulo. Possui mestrado em Política Pública e Desenvolvimento Internacional pela Tsinghua University, Beijing, pós-graduação em Administração de Empresas pela FGV-EAESP, em São Paulo, e extensão acadêmica na Universidade de Indiana, nos EUA. Atualmente, é doutorando em Engenharia de Transporte e Infraestrutura pela Jiaotong University.



Lucio Di Domenico

Presidente BDCo

Desenvolveu carreira atuando nas áreas de marketing e gestão nos setores financeiro, comunicação, tecnologia, sustentabilidade e inovação. Passou por empresas como Banco Nacional, Gradiente, ABNAMRO|Banco Real. Como empreendedor, fundou a Ability, a Descarte Certo e BDCo.

Bacharel em Marketing e Especialização em Mercadologia pela Universidade Anhembi Morumbi e MBA Executivo pela FGV.

Autor do Livro “O passado do futuro – Como a tecnologia e a inovação vêm influenciando e influenciará o jeito das pessoas se relacionarem, fazerem negócios e as empresas idealizarem e lançarem produtos”.



Equipe de Colaboradores

Camila Chen (陈玉婷) - Gerente de Investimento; **Cristiane Loize Pisano** - Diretora de Negócios; **Fernando Arida Ferreira Velloso** - Analista de Mercado; **Vinicius Gontijo** - Analista de Mercado; **Steve Miao (苗润青)** - Gerente de Investimento; **Manuela Ma (马星凝)** - Coordenadora de Comunicação; **Maria Min (闵捷)** - Coordenadora Administrativo; **Taiame Silva de Souza** - Gerente de China Desk; **Julia Saluh** - Gerente de Comunicação e Marketing na InvestSP

Índice

Capítulo 1 - Panorama da China	06
Capítulo 2 - Economia da China	10
Capítulo 3 - Estratégia Nacional	13
Capítulo 4 - Ambiente de investimento	15
Capítulo 5 - Leis e regulamentos para os investidores estrangeiros	24
Capítulo 6 - Fluxos de processos	31
Fontes	38

Introdução

Entender a China é preciso. Dentro desse gigante asiático, existem diversas oportunidades para o investimento estrangeiro. Para melhor aproveitamento dessas oportunidades, é fundamental desenvolver um conjunto de conhecimentos que extrapola a ciência dos processos e permeia outros aspectos culturais e de estratégia nacional do país.

O sucesso na China depende necessariamente de um conhecimento multidisciplinar e uma excelente capacidade de adaptação que o dinamismo chinês requer.

Este documento é um guia para o investimento estrangeiro na China, resultado da parceria entre BDCo – *Business Delivery Company* e InvestSP - Escritório Xangai. É mais um conteúdo da série multidisciplinar que as duas instituições desenvolvem para proporcionar uma melhor compreensão das diferenças entre os modelos de negócios do Brasil e da China.

Para que os investidores possam tomar as melhores decisões, este relatório aborda as instâncias de poder na China, seu panorama econômico, as políticas de estratégia nacional no longo prazo e o ambiente para investimento estrangeiro na China.

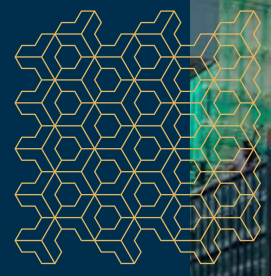
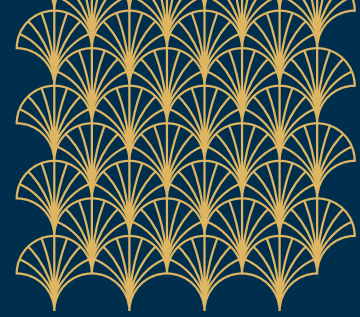
O entendimento da estratégia do governo chinês é passo essencial para a tomada de decisão quando da realização de investimentos no país asiático.

A correta interpretação das políticas chinesas pode gerar vantagens tributárias, oportunidades nas Zonas Piloto de Livre Comércio, negócios em Portos de Livre Comércio, desenvolvimento de produto em Zonas de Desenvolvimento Tecnológico, apenas para citar algumas das questões exploradas no decorrer deste guia.

Na parte final do presente relatório, apresentamos a nova Lei de Investimento Estrangeiro na China, assim como seus fluxos processuais em diferentes fases do investimento estrangeiro. Conteúdo fundamental para o investidor.

Boa leitura!

C1 PANORAMA DA CHINA



A China fica no leste da Ásia, com um território de cerca de 9,6 milhões de quilômetros quadrados, cerca de 1 milhão de quilômetros quadrados a mais que o Brasil.

O país asiático faz fronteira com 14 nações e é adjacente a 8 países via mar. Em 2019, a China atingiu o patamar de país mais populoso do mundo, superando a marca de 1,4 bilhão de residentes no país, não incluindo dados populacionais de Hong Kong, Macau, Taiwan e chineses não residentes.

A China é dividida em 34 áreas administrativas, das quais 23 são províncias, 5 são regiões autônomas, 4 são municipalidades e 2 são regiões administrativas especiais.

Após 1949, o ano de estabelecimento da República Popular da China, 56 etnias foram identificadas pelo governo chinês.

A maior etnia chinesa, representando mais de 90% da população do país, é a chamada etnia Han. As demais 55 etnias são conhecidas como as minorias étnicas da China.

O governo chinês implementa uma política de igualdade, união reforçada e prosperidade conjunta para todas as etnias.



Regimes institucionais

O Governo Central da República Popular da China é a máxima autoridade do país e é composto por três poderes: o legislativo, o executivo e o judiciário. Todos os poderes atuam sob a liderança política exclusiva do Partido Comunista da China (PCCh).

De forma simplificada, as principais atribuições do poder legislativo na China incluem a escolha dos líderes chineses, a elaboração de leis, a interpretação da constituição e a supervisão dos poderes executivo e judiciário. Diferentemente de boa parte do mundo Ocidental, em que a interpretação constitucional cabe à Suprema Corte, na China esse poder recai sobre o legislativo.

Congresso Nacional do Povo (NPC)

Representa a mais alta autoridade do Estado, com representantes eleitos pelas províncias, municipalidades, regiões autônomas e regiões administrativas especiais por mandatos de 5 anos. Essas eleições não são abertas à população. Os representantes eleitos são vinculados a diversos partidos políticos na China, não apenas ao PCCh.

No último encontro, em 2021, o 13º Congresso Nacional do Povo reuniu 2.956 membros e teve como principal pauta a aprovação do 14º Plano Quinquenal, estabelecendo os principais objetivos econômicos do país.

Comitê Permanente do Congresso Nacional do Povo (NPCSC)

Seleto grupo de representantes dentro do NPC que possui o poder de interpretar as leis e a constituição. O Comitê Permanente do 13º Congresso Nacional do Povo tem 175 membros e a liderança é exercida por 1 presidente e 13 vices.

Presidente de Estado (Xi Jinping)

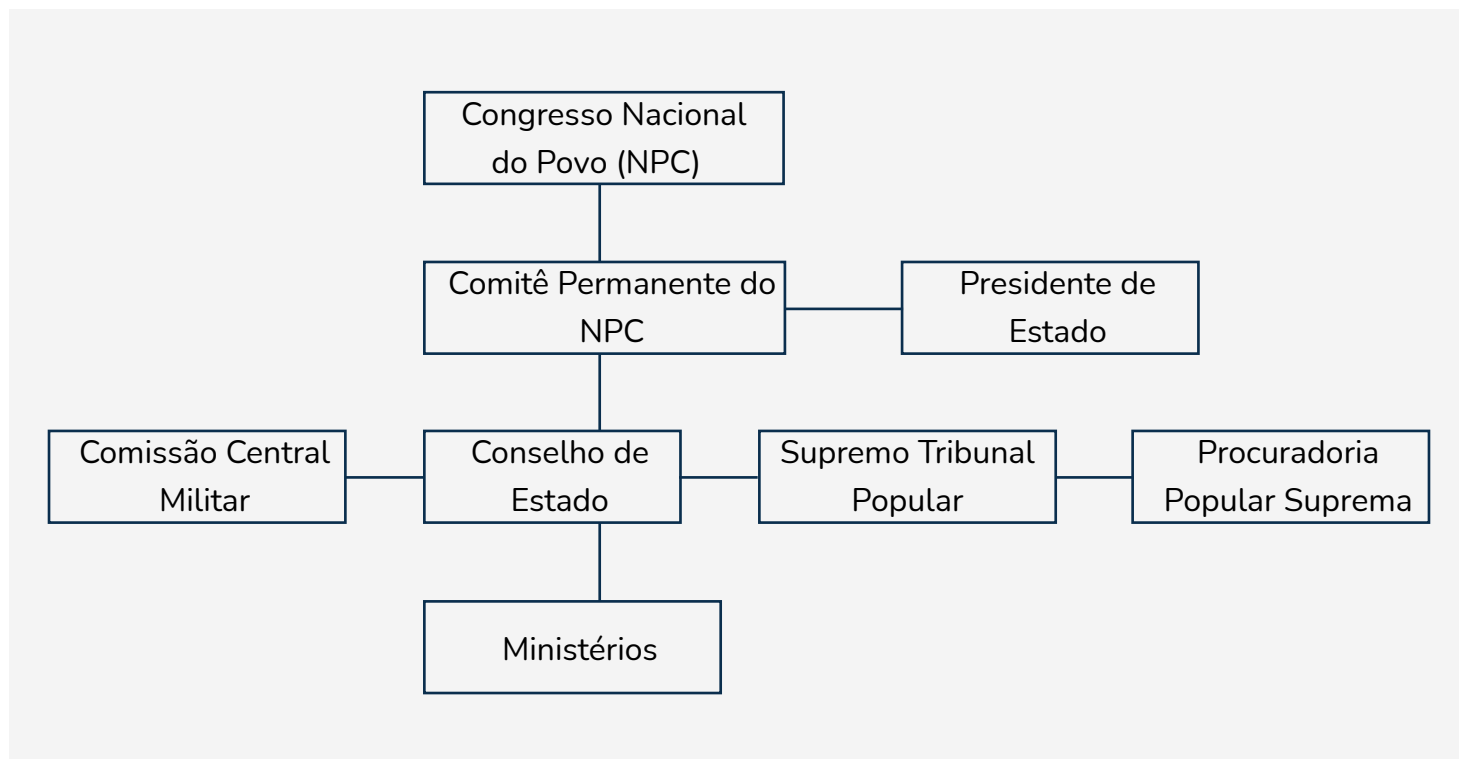
Eleito pelo NPC. Em nome da República Popular da China, conduz assuntos estatais e pautas internacionais. Atua de acordo com as decisões do Comitê Permanente do NPC, exercendo atividades como: promulgar leis; selecionar o Primeiro-ministro e os ministros do Conselho de Estado; conceder perdões presidenciais; declarar estado de emergência; emitir ordens de mobilização em massa e emitir honras de Estado; nomear embaixadores no exterior; assinar e anular tratados com entidades e nações estrangeiras.

Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CPPCC)

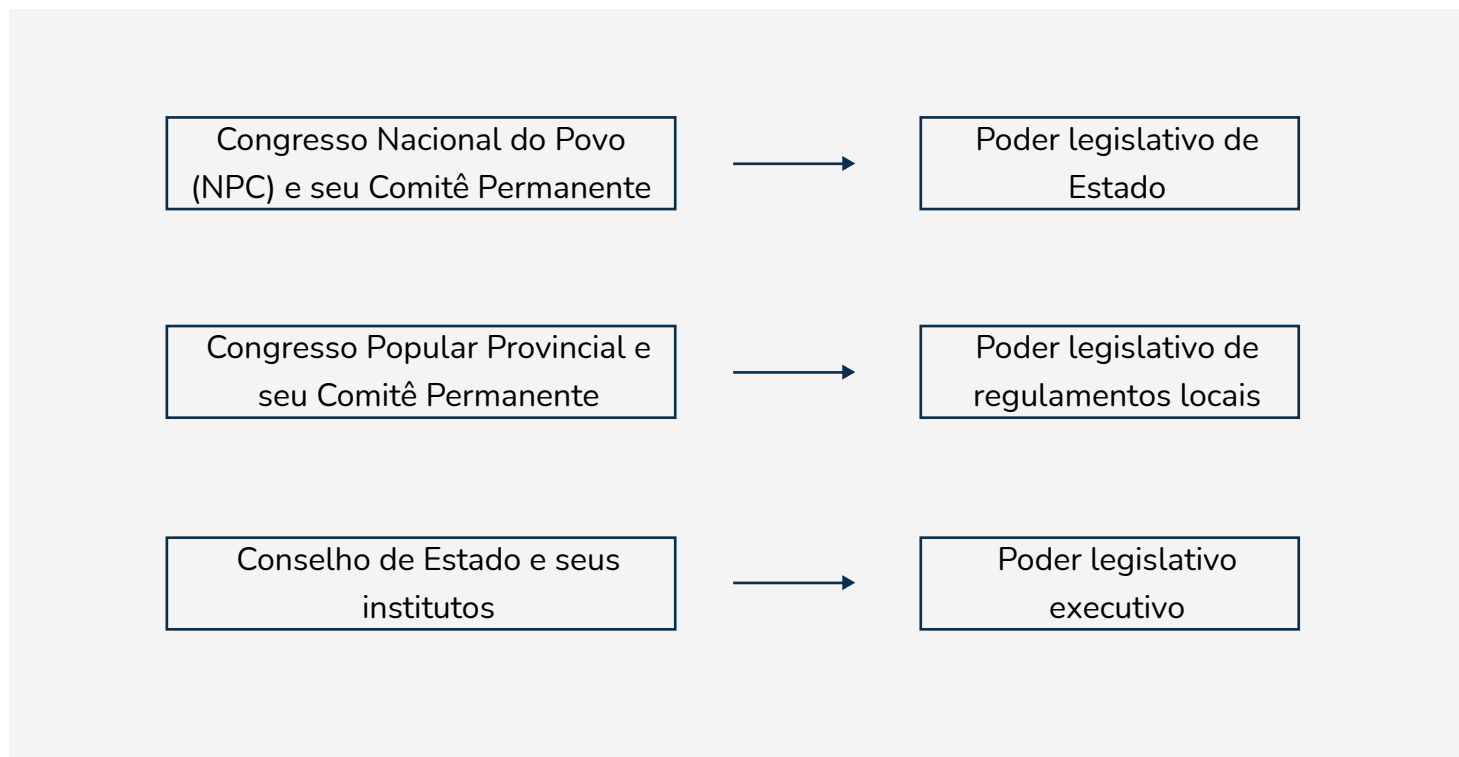
Organização para engajamento das demandas do povo chinês. Importante instituição para a cooperação multipartidária e para a realização de consultas políticas mediante a liderança do Partido Comunista da China (PCCh). Não é um órgão do poder legislativo.

Os representantes encontram-se anualmente. O último encontro de 2020 contou com a presença de 2.158 membros.

Estrutura institucional



Níveis de instituto de poderes



ECONOMIA DA CHINA

新



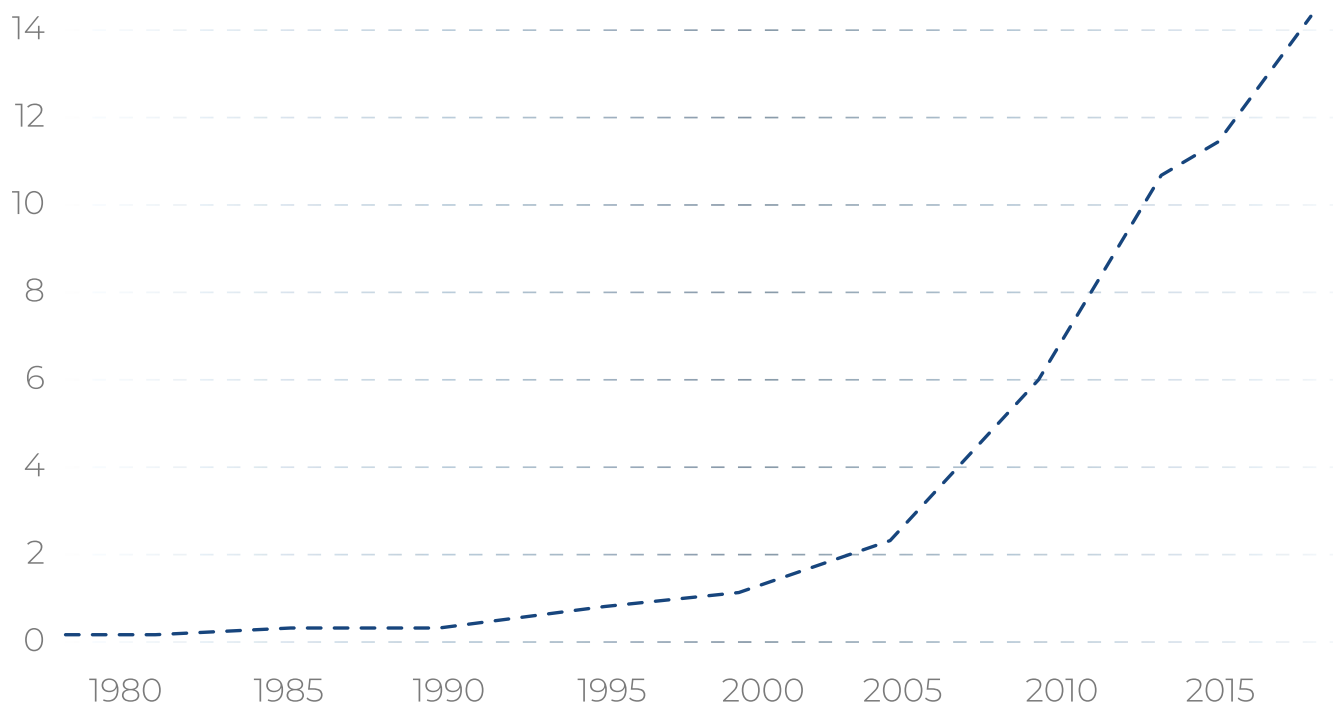
Desde a implementação das políticas de Reforma e Abertura em 1978, a economia chinesa entrou em uma fase de rápido crescimento. De 2013 a 2018, a economia da China manteve um crescimento incremental com um aumento médio anual de 7,0%. Concomitantemente, o crescimento médio global foi de apenas 2,9%.

Segundo os dados divulgados pelo NBS (*National Bureau of Statistics of China*) em

2020, o PIB da segunda maior economia do mundo cresceu 2,3% (variação 0,4% superior à projeção do FMI) e totalizou RMB 101,6 trilhões (USD 15,69 trilhões). Apesar do impacto da pandemia que causou a queda de 6,8% no PIB chinês do 1º trimestre, o país voltou ao crescimento no 2º semestre de 2020, com variações do PIB de 4,9% e 6,5% no 3º e 4º trimestres de 2020, respectivamente, se comparados aos mesmos períodos em 2019.

PIB da China 1978 - 2019

Em USD Trilhões



Fonte: Banco Mundial

Estrutura econômica

Desde a eclosão da crise de 2008, a estrutura econômica da China tem se atualizado. Em 2015, a contribuição do setor de serviços pela primeira vez ultrapassou 50% no total do PIB chinês. Em 2020, o valor agregado do setor representou 54,5% no total do PIB chinês, com um aumento de 2,1% em relação a 2019. Já o valor agregado do setor industrial respondeu por 37,8% do PIB da China em 2020, um aumento de 2,6% ante 2019.

Hoje, a China possui 41 categorias gerais industriais, 207 títulos subsidiários industriais e 666 pequenos itens industriais, formando um sistema industrial completo e moderno. A China se tornou o único país do mundo a possuir todas as categorias industriais classificadas pela ONU. As manufaturas chinesas de ponta, como trem-bala e avião, integraram-se na cadeia industrial global como um verdadeiro cartão postal da qualidade da infraestrutura de transportes chinesa em âmbito global.

A integração da internet, big data e inteligência artificial com a economia real desenvolveu-se rapidamente nos últimos anos na China. De 2014 a 2018, a renda anual das empresas de serviços dos setores de internet e tecnologia da informação alcançou um crescimento anual de 32,8% e 21,2%, respectivamente.

Trading e IED

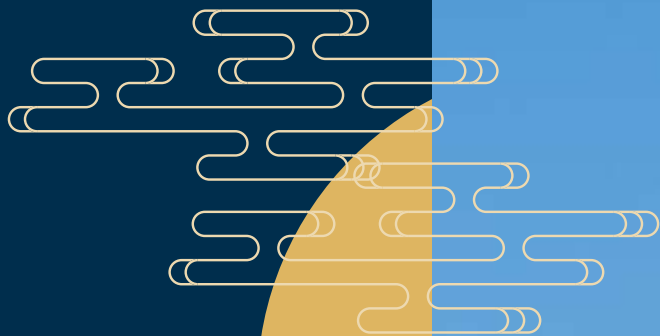
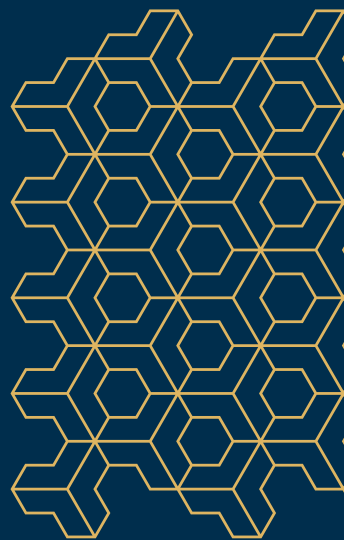
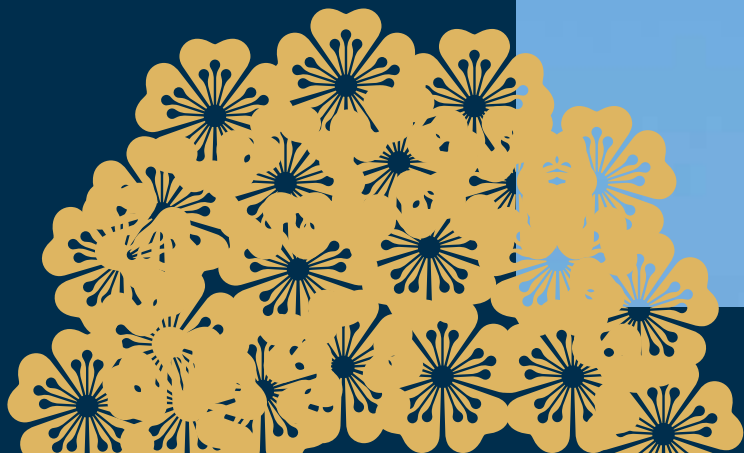
Em 2020, o valor de importação e exportação da China totalizou USD 4,65 trilhões, um aumento de 1,5% em comparação a 2019. O uso real de capital estrangeiro pela China foi de quase RMB 1 trilhão (USD 144,37 bilhões), um aumento anual de 6,2% em relação a 2019.

Potencial do mercado chinês

A China possui o segundo maior mercado consumidor do mundo. Como mencionado anteriormente, em 2019, a população chinesa atingiu 1,4 bilhão de pessoas, com a maior escala de classe média no mundo, aproximadamente 700 milhões de pessoas.

Em 2019, o consumo per capita de serviços pelos chineses representou 45,9% do consumo total per capita de todos os residentes do país. O coeficiente de Engel (que mede proporção do gasto com alimentação em relação a renda total) de residentes nacionais foi de 28,2%, 0,2% menos do que em 2018.

ESTRATÉGIA NACIONAL



Os anos de 2021 e 2049 marcam dois importantes centenários para a China. 1921 foi registrado como ano do estabelecimento do PCCh e 1949 marcou o estabelecimento da República Popular da China.

Nesse contexto, a China definiu duas importantes metas para os centenários:

(i) A primeira meta do centenário, já realizada no fim de 2020, era a de construir, até 2021, uma sociedade moderadamente próspera em todos os aspectos, o que significa uma garantia de erradicação da pobreza e melhoria da qualidade de vida social, em especial daqueles que vivem nas zonas rurais.

(ii) A segunda meta estabelecida para 2049 determina que até esta data a China deve se firmar como um país socialista moderno, próspero, democrático, civilizado e harmonioso.

Os pontos chave destas estratégias dividem-se em 3 etapas:

o ano de 2020 – construção completa da sociedade moderadamente próspera;

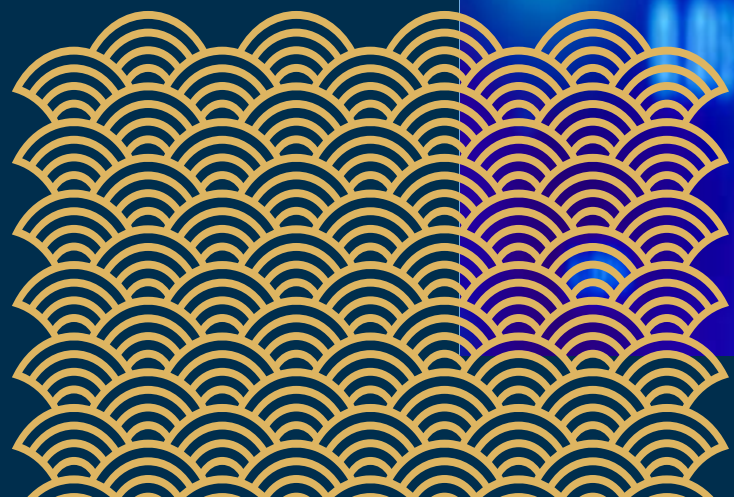
o ano de 2035 – concretização básica da modernização socialista;

e meados do século XXI – construção completa de um país socialista moderno.

Esses três objetivos coordenados terão contribuição significativa na busca do sonho chinês.



C4 AMBIENTE DE INVERSTIMENTO



Completa infraestrutura do país

Até o final de 2019, China já contava com 238 aeroportos, sendo que 106 deles têm movimentação anual de passageiros acima de 1 milhão. Em 2019, a movimentação de passageiros do Aeroporto Internacional de Pequim (PEK) atingiu 100 milhões, ocupando o segundo lugar no ranking global dessa categoria. O volume de carga do Aeroporto Internacional de Pudong de Xangai (PVG) manteve seu 3º lugar no ranking mundial, alcançando 3,63 milhões de toneladas de cargas movimentadas em 2019.

No fechamento de 2019, a China já possuía 127.300 km de vias navegáveis nacionais e 2.520 cais com capacidade de receber navios com cargas superiores a 10 mil toneladas nos portos de todo o país. O volume de cargas total movimentado pelos portos chineses ficou em 1º lugar no mundo.

O sistema ferroviário da China foi responsável pela realização de 3,66 bilhões de viagens em 2019, um aumento de 8,4% em comparação a 2018. Em 2019, 4,4 bilhões de toneladas de cargas foram transportadas via ferrovias na China, uma quantidade 7,2% superior à registrada em 2018. Em 2020, a extensão de linhas de trens-bala alcançou 37.900 km, levando a China à liderança global neste indicador.

Em 2019, a extensão total de estradas da China ultrapassou a marca de 5 milhões de quilômetros, dentre elas, 149.600 quilômetros de rodovias de alta velocidade, a maior escala do mundo.

De janeiro a meados de dezembro de 2020, o país asiático construiu mais de 718.000 estações de tecnologia 5G, o que permitiu que mais de 300 cidades chinesas tivessem sinal de 5G disponíveis. Segundo a Academia Chinesa de Tecnologia da Informação e Comunicação, a China gastará aproximadamente 1,2 trilhão de Yuans (USD 183,7 bilhões) na construção da rede 5G até 2025.



Investimento em P&D

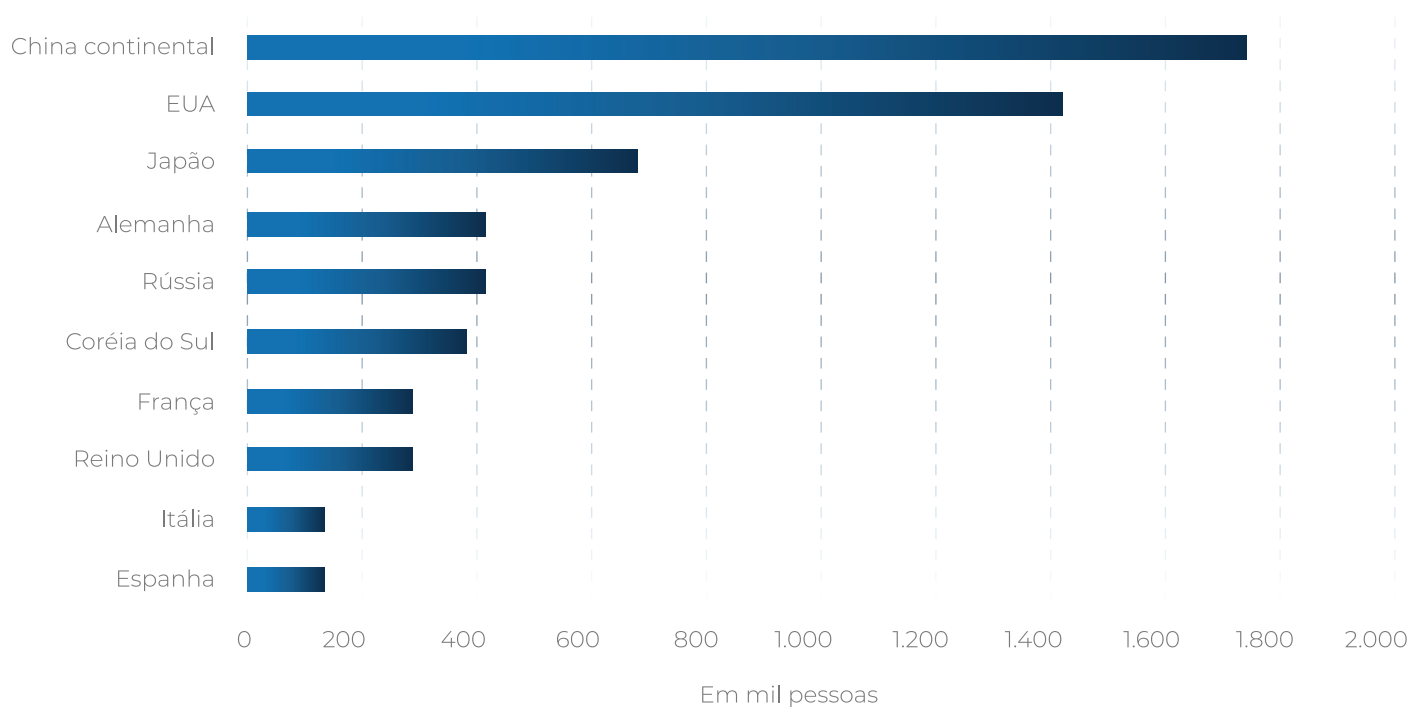
De 1992 a 2018, o crescimento médio anual do investimento chinês em P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) foi de 20,1%, taxa muito superior ao crescimento do PIB da China. Em 2019, a despesa com P&D da China foi de RMB 2,17 trilhões (USD 336 bilhões), representando 2,19% do PIB chinês naquele ano.

Segundo os dados divulgados no MSTI (*Main Science and Technology Indicators*),

em 2017 o número de pesquisadores em C&E (Ciência e Engenharia) da China atingiu 1,74 milhão, ficando no primeiro lugar do mundo (22,5% do total global).

Até o fim de 2019, a China já havia estabelecido 515 laboratórios-chave de pesquisa em nível nacional, 217 laboratórios de engenharia ao nível de Estado e 133 Centros Nacionais de Pesquisa de Engenharia.

TOP 10: Número de pesquisa em C&E 2017



Fonte: MOFCOM, OECD

Em 2018, a China bateu recordes em trabalhos acadêmico-científicos arquivados. Na SCI (*Science Citation Index*), foram 418 mil teses. Na EI (*Engineering Index*), foram 266 mil. Por fim, na CPCI (*Conference Proceedings Citation Index*), o país chinês registrou 59 mil trabalhos arquivados. No ranking global, a China ficou em 1º lugar na EI e

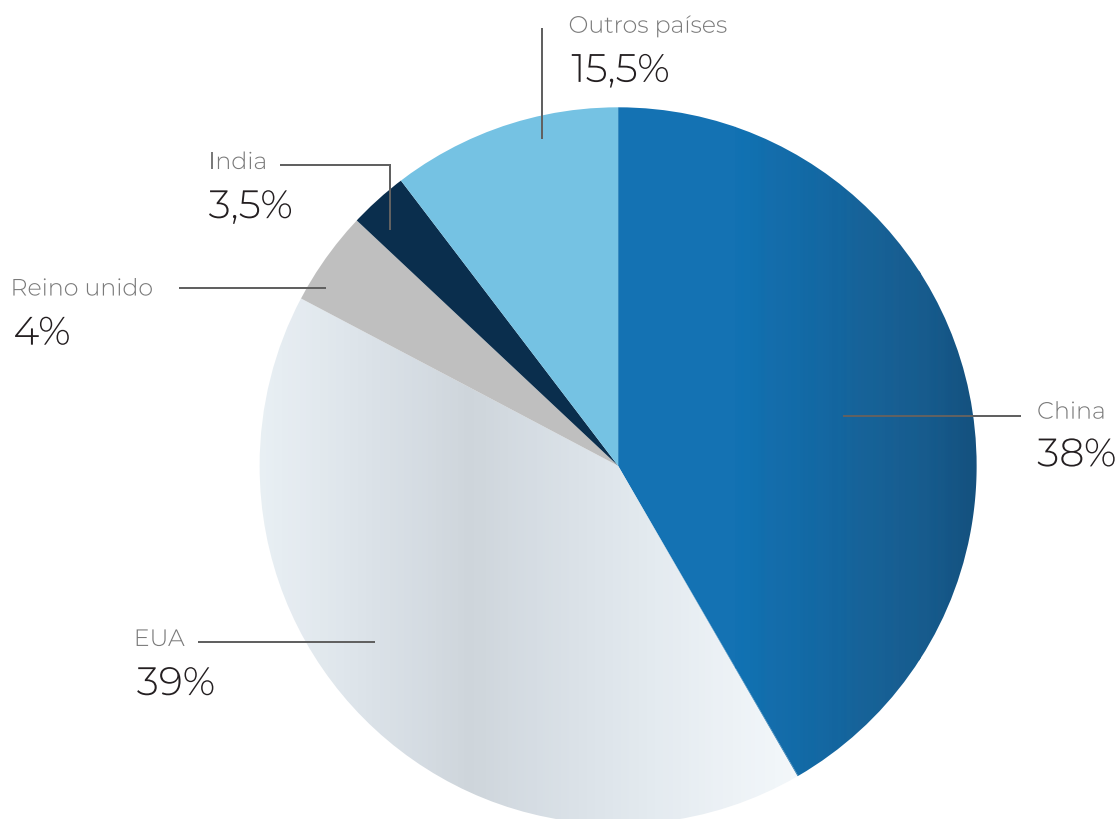
em 2º lugar na SCI e na CPCI a quantidade de teses chinesas arquivadas pela SCI, EI e CPCI.

Conforme a base de dados da ESI (*Essential Science Indicators*), em 2018, a frequência de citação de teses chinesas ficou em 2º lugar no mundo.

Número de unicórnios

Segundo o Ranking de Unicórnios do Mundo 2019, divulgado pelo Instituto de Pesquisa Hurun, em 2020, 596 empresas

de capital fechado no mundo possuíam valor de mercado acima de USD 1 bilhão. Dentre estes unicórnios, 227 empresas estavam na China, representando 38% do total da lista.



Fonte: MOFCOM, Instituto de Hurun (*Hurun Global Unicorn List 2020*)

Nota: Unicórnio é uma empresa de capital fechado e que é avaliada com valor superior a USD 1 bilhão. Os unicórnios costumam ter suas próprias tecnologias inovadoras e um único modelo comercial. O desempenho de unicórnios é um reflexo do grau de inovação tecnológica de um país.

Recursos humanos de alta qualidade

Segundo os dados divulgados pelo MSTI (*Main Science and Technology Indicators*), em 2017, a China empregou 1,74 milhão de pessoas em P&D, sendo o 1º lugar no mundo em contratações na área.

Em 2018, as participações de funcionários formados em faculdades técnicas, de graduação e de pós-graduação representaram 9,7%, 8,5% e 0,9%, respectivamente, no total dos funcionários do país.

Em 2019, o número de mestres e doutores formados nas áreas de ciência, engenharia

e medicina somadas alcançou 349.234, respondendo por 55% do total de estudantes formados de pós-graduação. No que tange aos formados em educação superior em 2019, 40% são das áreas de ciências e engenharia.

De 2002 a 2015, a quantidade de peritos estrangeiros que trabalham na China continental aumentou de 350 mil para 623,5 mil. A partir de 1 de agosto de 2019, a China começou a implementar 12 medidas de imigração para ampliar a atração de talentos estrangeiros ao país.



Interpretação de políticas

Em 1 de janeiro de 2020, entrou em vigor uma nova legislação na China, denominada “Regulamentos sobre a Otimização do Ambiente de Negócios”. Os Regulamentos esclarecem os princípios de mercantilização, legislação e internacionalização para otimizar o ambiente comercial, sob uma orientação da demanda do mercado, assim que promoveu a transformação das funções do governo para criar um ambiente comercial mais estável, justo, transparente e previsível.

De acordo com os Regulamentos sobre a Otimização do Ambiente de Negócios, a China promoverá a integração da plataforma digital do serviço administrativo do governo para simplificar os processos administrativos, para otimizar os processos de aprovação administrativa e para regularizar os processos de *Cross-Border E-commerce*, construindo um mecanismo de comunicação entre o governo e as empresas.

Para promover uma mais profunda abertura, a China estabeleceu o mecanismo de gestão da lista negativa. As diferentes listas negativas determinam setores proibidos para investidores. A elaboração destas listas fica a cargo da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma e do Ministério do Comércio da China (MOFCOM).

Todas as entidades devem cumprir as condições estipuladas para investir ou acessar as áreas restritas incluídas na lista negativa. Os investidores ou empresários podem realizar atividades comerciais livremente nos setores que ficam fora da lista negativa. Vale ressaltar que a lista negativa é dinâmica e pode ser ajustada pela China.

Em 10 de dezembro de 2020, a Comissão Nacional de Reforma e Desenvolvimento, em conjunto com o Ministério de Comércio da China (MOFCOM), publicou a Lista Negativa para o Acesso ao Mercado 2020. Em comparação à versão 2018, a lista negativa de 2020 reduziu o número total de itens de 151 para 123.

A Lista Negativa para Investimento Estrangeiro no Porto de Livre Comércio de Hainan 2020 entrou em vigor em 1º de fevereiro de 2021, proibindo 27 setores da Região de receberem investimento estrangeiro. A última versão da lista negativa da China abrange 33 setores proibidos e a lista negativa para as zonas piloto de livre comércio contém 30 setores.

Zonas especiais de abertura

1 Zona Piloto de Livre Comércio

Em 2013, para aprofundar a abertura econômica do país, a China selecionou algumas zonas piloto para o livre comércio. A zona de livre comércio, com o objetivo de flexibilizar o trading com abertura financeira, permite que os processos administrativos sejam simplificados e diminui barreiras para a importação e exportação.

Em 2013, a 1ª Zona Piloto de Livre Comércio estabeleceu-se em Xangai. Até 2020, 21 Zonas Piloto para o Livre Comércio foram aprovadas e espalhadas por todo o país. O IED (Investimento Estrangeiro Direto) direcionado às zonas piloto goza de menores restrições de investimento. Por exemplo, a lista negativa de investimento estrangeiro nas zonas piloto de livre comércio, que descreve os setores proibidos nessas 21 zonas na China, diminuiu seus itens de 190 em 2013 para 30 em 2020.

2 Porto de Livre Comércio de Hainan

Porto de livre comércio refere-se a uma zona portuária franca localizada em um país ou região especial e que tenha legislação independente à gestão comum de controles aduaneiros. Assim, permite o

livre fluxo de mercadorias e capitais.

Em geral, portos de livre comércio costumam isentar completa ou parcialmente os impostos de importação, assim como permitir o armazenamento, exibição, desmontagem, modificação e reembalagem, processamento e fabricação de mercadorias.

Após a realização das Duas Sessões de 2020, as autoridades chinesas anunciaram em 1 de junho de 2020 um plano diretor para o desenvolvimento do porto de livre comércio de Hainan. O escopo de implementação do porto de livre comércio de Hainan cobre toda a província insular, com o objetivo de construir a ilha como um porto de livre comércio de alto nível e com influência internacional até meados deste século.

Os destaques incluem: liberalização e facilitação do comércio e do investimento; livre fluxo de fundos transfronteiriços (*Cross-Border Trade*); livre concorrência comercial e operação de empresas; construção do Novo Corredor Internacional de Comércio Terrestre-Marítimo e o moderno sistema de transporte abrangente; fluxo livre de pessoas; segurança do fluxo de dados; estabelecimento do sistema industrial moderno e completo sistema de garantia.

3 Zona de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico a nível nacional

Zona de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico a nível nacional é um patamar criado pela China a fim de implementar as iniciativas políticas de abertura do país. O governo prioriza a formação do ambiente comercial e a construção da infraestrutura nas Zonas para atrair e direcionar o investimento estrangeiro aos setores de serviços modernos e manufaturas de ponta.

As 14 primeiras Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico a nível nacional foram criadas em 1984. Até 2020, a China continental já havia estabelecido 218 Zonas. Dentre elas, 107 ficam no Leste, 63 situam-se no Centro e 48 no Oeste do país.

Em 2019, a contribuição total dessas 218 Zonas representou mais de 10% da renda fiscal do país. O valor agregado industrial, o total de importação e exportação e o uso real do capital estrangeiro responderam por 20% de todo o país.

4 Nova Área a nível nacional

Nova Área a nível nacional é uma zona que arca com a funcionalidade da reforma estratégica do país. O melhor exemplo é o estabelecimento da Nova Área de Pudong em Xangai na década de 90. Em abril de 2017, o governo chinês anunciou o estabelecimento da Nova Área de Xiong'an, na província de Henan, que vai

receber alguma função administrativa da capital de Pequim.

Atualmente, o número de Novas Áreas a nível nacional chegou a 19. Dentre elas, 8 ficam no Leste, 2 situam-se no Centro, 6 ficam no Oeste e 3 no Nordeste do país.

Em 2019, o PIB total das 19 Novas Áreas representou 4,6% do PIB da China. Nelas, há a presença de indústrias-chave como a automobilística, tecnologia da informação, manufatura de equipamentos, indústria química e serviços modernos.

5 Área de *Cross-Border* para Cooperação Econômica

Área de *Cross-Border* para Cooperação Econômica é uma zona estabelecida entre a China e os países vizinhos que busca delinear cidades ou distritos fronteiriços em conjunto para se desenvolver, se construir e se beneficiar mutuamente.

A fim de desenvolver as indústrias típicas locais, bem como aprofundar a cooperação econômica com os países vizinhos da China, a área de *Cross-Border* para Cooperação Econômica abrange as atividades de produção, processamento industrial, logística, cross-border trading e turismo.

Até o fim de 2019, a China estabeleceu 17 áreas de *Cross-Border* para Cooperação Econômica em 7 províncias do país. Em 2019, o total da produção industrial dessas áreas atingiu RMB 63,8 bilhões (USD 9,9 bilhões).

6 Parque de Desenvolvimento Industrial de Alta Tecnologia

Com o objetivo de desenvolver a indústria de alta tecnologia, otimizar a estrutura industrial e atualizar a infraestrutura da indústria tradicional, assim aumentando a competitividade internacional do país, a China começou a estabelecer os parques de desenvolvimento industrial de alta tecnologia.

Até 2019, 169 Parques de Desenvolvimento Industrial de Alta Tecnologia foram estabelecidos na China, cujo PIB totalizou RMB 12,1 trilhões (USD 1,87 trilhões), um aumento de 9,7% em comparação a 2018.

7 Zona de Supervisão Especial Alfandegária

Zona de Supervisão Especial Alfandegária é uma zona estabelecida na China, que funciona mediante gestão e supervisão exclusivas da alfândega chinesa.

Até junho de 2020, estabeleceram-se 155 zonas de supervisão especial alfandegária na China. Em 2019, o valor de importação e exportação dessas áreas chegou a RMB 5,52 trilhões (USD 854,49 bilhões), um aumento de 7,17% em relação a 2018.

8 Área Piloto de *Cross-Border E-Commerce*

Para acelerar o desenvolvimento do *Cross-Border E-commerce* na China, o governo chinês implementou um projeto piloto intitulado CBCPA (*Cross-Border E-Commerce Comprehensive Pilot Area*).

A 1ª CBCPA foi estabelecida em 2015 na cidade de Hangzhou, na província de Zhejiang. Com o objetivo de incentivar o desenvolvimento do setor, o governo lançou várias políticas preferenciais para as empresas atuantes nas CBCPAs. Como exemplo, há o sistema chamado Taxa Isenta sem comprovante de documentos. Como os dados eletrônicos já são compartilhados entre os departamentos governamentais na zona, mesmo se as empresas de exportação não entregarem os documentos em papel de embarque das mercadorias, conseguem reembolsar o IVA (Imposto sobre valor agregado) e o imposto do consumo do departamento tributário. Para este reembolso ocorrer, é necessário que as empresas preencham suas informações na plataforma eletrônica do governo.

Hoje, a China já tem 105 CBCPAs estabelecidas em todo o país. Além das 4 municipalidades (Pequim, Tianjin, Chongqing e Xangai), as províncias de Zhejiang, Jiangsu e Guangdong são as que mais possuem CBCPAs na China.

LEIS E REGULAMENTOS PARA OS INVESTIDORES ESTRANGEIROS



1 Leis de investimento estrangeiro

Em 15 de março de 2019, a Lei de Investimento Estrangeiro foi aprovada na 2ª reunião do 13º Congresso Nacional do Povo da China. Em dezembro do mesmo ano, o Conselho de Estado divulgou a Ordem Número 723 sobre Regulamentos da Implementação da Lei de Investimento Estrangeiro na China.

A partir de 1º de janeiro de 2020, a nova lei de investimento estrangeiro da China entrou em vigor.

Segundo a nova lei, o termo “investimento estrangeiro” refere-se às atividades de investimento de pessoas físicas, jurídicas ou de outras organizações estrangeiras com atuação direta ou indireta no território da China, incluindo as seguintes situações:

(1) Investidor estrangeiro investe por si mesmo ou em parceria com outros investidores para estabelecer uma entidade corporativa na China;

(2) Investidor estrangeiro obtém ações, capital, participação de propriedade ou outras participações semelhantes em empresas chinesas;

(3) Investidor estrangeiro investe por si mesmo ou em parceria com outros investidores em novos projetos na China;

(4) Outros formatos de investimento sob padrões previstos pelo Conselho de Estado.

O conceito de “empresa com investimento estrangeiro” diz respeito a uma empresa estabelecida com capital total ou parcialmente integralizado por investidor estrangeiro, e registrada de acordo com as leis chinesas no território da China.

Em 30 de junho de 2019, o governo chinês divulgou o catálogo para as Indústrias Encorajadas ao Investimento Estrangeiro 2019, que orientou o capital estrangeiro aos setores preferenciais do país.

No que tange aos direitos e interesses para defender uma concorrência justa, as empresas com investimento estrangeiro desfrutam do mesmo tratamento nacional legal dado às empresas locais. No quesito de supervisões administrativas e fiscais, as disposições previstas da Lei das Sociedades ou da Lei das Empresas de Parceria também são aplicáveis às empresas com investimento estrangeiro.

Segundo a Lei de Investimento Estrangeiro, as condições para cooperação técnica serão determinadas pelas partes contratuais de acordo com o princípio de equidade e justiça. As autoridades e seus funcionários não podem obrigar ou disfarçadamente obrigar os investidores estrangeiros a transferir sua tecnologia com o uso de poder ou de ferramentas administrativas.

De acordo com a Lei de Investimento Estrangeiro, a China também estabeleceu um mecanismo de reclamação para empresas com investimento estrangeiro.

O escopo do trabalho do Centro Nacional de Reclamação da China (全国外资投诉中心) abrange o tratamento das ações administrativas dos departamentos do Conselho de Estado, do governo provincial e seus departamentos; as sugestões às políticas e medidas relevantes a nível nacional e a nível provincial; e os assuntos que possam causar grande impacto nacional ou internacional.



2 Registro comercial

Os investidores estrangeiros incluem pessoas físicas, jurídicas ou outras organizações estrangeiras.

As empresas com investimento estrangeiro na China assumem principalmente duas formas: sociedade ou parceria.

O estabelecimento de escritório de representação na China é tratado como uma organização sem fins lucrativos relacionada aos negócios da matriz estrangeira. O escritório não possui qualificação de pessoa jurídica e não deve organizar atividades comerciais como venda, compra, serviços e investimentos na China.

3 Gestão de câmbio

Na China, a moeda RMB (Yuan) é livremente conversível na conta corrente, e ainda há algumas restrições na conta de capital.

A conta corrente registra todos os fluxos de entrada e saída de fundos para e a partir da China por um período específico resultante da comercialização de produtos e serviços e outros rendimentos.

São 3 os tipos de atividades incluídos em uma conta corrente: receita e despesa do comércio, transação não-comercial e transferência gratuita.

A conta de capital registra mudanças no capital da economia devido a recebimentos e despesas de capital, incluindo as transferências de ativos ou ativos financeiros entre residentes e não residentes como investimento direto, investimento em valores mobiliários e empréstimo internacional.

Além de alguns itens do investimento em ações transfronteiriças e do capital pessoal não estarem totalmente abertos, outros itens de capital (tais como investimento direto e investimento em ações transfronteiriças) estão gradualmente abertos.

Segundo os regulamentos de gestão do câmbio da China, as instituições ou indivíduos envolvidos em atividades de investimento direto estrangeiro na China devem fazer o registro na Administração de Câmbio antes de realizar as operações de transações relevantes. Desde de junho de 2015, o registro de câmbio pode ser realizado diretamente no banco de matrícula local pelas empresas com investimento estrangeiro.

4 Proteção da propriedade intelectual

A China tem um sistema integrado de lei em propriedade intelectual, e é signatária da maioria das convenções internacionais de propriedade intelectual.

Em 2018, formou-se a CNIPA (*China National Intellectual Property Administration*), cuja responsabilidade

principal é a gestão geral de patentes, marcas comerciais, indicações geográficas, design e layout de circuitos integrados registrados do país.

Em 2019, a China atualizou sua lei de registro de marcas. Em junho de 2020, a CNIPA lançou o Padrão de Julgamento por Violação de Marca Comercial. Nessa Regulamentação, foram regularizadas ações como a utilização legal da marca comercial, definição de marcas semelhantes, parecidas ou similares, e ainda discorre sobre a suspensão do pedido e identificação correta dos detentores de direitos.

5 Gestão tributária

A mais alta autoridade tributária da China é a Administração Tributária do Estado, que é liderada pelo Conselho do Estado para gerir e fiscalizar a arrecadação tributária do país.

A China implementa um sistema tributário composto que conta com 18 tipos de impostos classificados em 5 categorias principais:

(1) Imposto de Renda: Imposto de Renda Pessoa Física e Imposto de Renda Pessoa Jurídica.

(2) Imposto sobre Circulação de Mercadorias: Imposto sobre Valor Agregado, Imposto de Consumo e Imposto de Importação;

(3) Imposto sobre Propriedade e Operação: Imposto sobre a Propriedade Predial, Imposto sobre Transferência de Bens Imobiliários, Imposto sobre Veículos e Embarcações, Imposto sobre Operação Financeira, Imposto de Utilização de Área Urbana, Imposto sobre Valor Agregado na Terra, Imposto sobre a Tonelagem do Navio.

(4) Imposto de Recursos: Imposto de Recursos, principalmente para os recursos naturais.

(5) Imposto para Fins Especiais: Taxa de Manutenção e Construção da Cidade, Imposto de Compra de Veículos, Imposto sobre a ocupação de Áreas Cultivadas, Imposto de Tabaco e Taxa de Proteção Ambiental.

Nosso Guia apresenta 5 principais categorias de impostos para uma ideia geral

NOME DO IMPOSTO	TAXA	OBSERVAÇÃO
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	20% ou 25%	Depende da natureza da entidade.
Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF)	De 3% a 45% (Renda Abrangente) De 5% a 35% (Receita Operacional)	Taxa de imposto progressiva
Imposto sobre Valor Agregado (IVA)	6%, 9% ou 13%	A taxa para pequena contribuinte é 3%
Imposto de Importação (II)	–	Em 1º de janeiro de 2020, a China começou a implementar o imposto de importação preferencial em 850 itens.
Imposto de Consumo	Taxa de imposto proporcional ou taxa de imposto fixa	Os bens tributáveis incluem tabaco, bebida alcoólica, cosmético de luxo, joias e acessórios valiosos, fogos de artifício, óleo refinado, motocicletas, carros, golfe e equipamentos relevantes, relógio de luxo, iates, pauzinhos descartáveis de madeira, piso de madeira maciça, bateria e tintas, em um total de 15 categorias.

6 Incentivos fiscais

Atualmente, o princípio de incentivo fiscal da China é tratamento preferencial industrial, complementado por tratamento preferencial regional.

(1) As empresas que atuam no setor primário (tais como agricultura, silvicultura, pecuária e piscicultura), infraestrutura pública, proteção ambiental, conservação de energia e água terão redução ou isenção no imposto da renda.

(2) As empresas identificadas de alta tecnologia terão um incentivo fiscal da ordem de 15% no imposto de renda;

(3) As empresas pertencentes aos setores encorajados para o desenvolvimento do Oeste da China terão incentivo fiscal para imposto de renda de 15% até 31 de dezembro de 2030;

(4) Há outros incentivos fiscais preferenciais para as pequenas empresas. Por exemplo, a taxa de imposto de renda para as pequenas empresas é de 20%. As pequenas empresas com receita anual inferior a RMB 1 milhão receberão uma redução de 25% na taxa do imposto da renda, e aquelas com receita entre RMB 1 milhão e RMB 3 milhões receberá uma redução de 50%.

(5) As empresas que investem nos projetos-chave de infraestrutura do país, a partir do primeiro ano que faturam, desfrutarão da isenção do imposto da

renda por 3 anos e uma redução de 50% nos 3 anos subsequentes.

(6) As empresas que trabalham com projetos qualificados de proteção ambiental ou de conservação de energia e água, a partir do primeiro ano de faturamento, desfrutarão da isenção do imposto da renda por 3 anos e uma redução de 50% nos 3 anos subsequentes. Quando a empresa adquire os equipamentos específicos para um projeto, 10% do investimento de compra pode ser deduzido no imposto da renda.

(7) Para fomentar os investimentos, 75% das despesas de P&D da empresa serão isentas de impostos. Sobre aquelas que se tornarem ativos intangíveis, uma alíquota de 175% incidirá anualmente, com prazo mínimo de 10 anos, para prover um benefício fiscal ainda maior à empresa na busca por redução da carga tributária.

(8) Em um ano fiscal, caso a receita de transferência de tecnologia da empresa seja menor que RMB 5 milhões, será desonerado o imposto de renda dessa parte. O imposto para a parte superior a RMB 5 milhões será reduzido em 50%.

(9) As empresas identificadas como de alta tecnologia em Shenzhen, Zhuhai, Shantou, Xiamen, Hainan e na Nova Zona de Pudong de Xangai, a partir do primeiro ano de faturamento, desfrutarão da isenção do imposto da renda por 2 anos e uma redução de 50% nos 3 anos subsequentes.

(10) Para as startups, o imposto de renda pode ser deduzido proporcionalmente com base no investimento.

(11) Para os rendimentos de juros de títulos do governo, e receitas específicas das organizações sem fins lucrativos, o imposto será isento.

(12) Caso um investidor estrangeiro usar seus rendimentos financeiros na China para reinvestir em outro ativo, os impostos deste novo investimento serão temporariamente suspensos.

(13) A taxa de imposto de renda para as empresas de serviços identificados como de alta tecnologia na China é de 15%.

Para buscar maior integração global, a China contribui para a cooperação tributária internacional. Até junho de 2020, a China assinou acordos tributários com 108 países e regiões do mundo.

Na década 90, o Acordo Destinado a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda entre a China e o Brasil foi assinado e promulgado entre ambas as partes.

7 Resolução de disputas

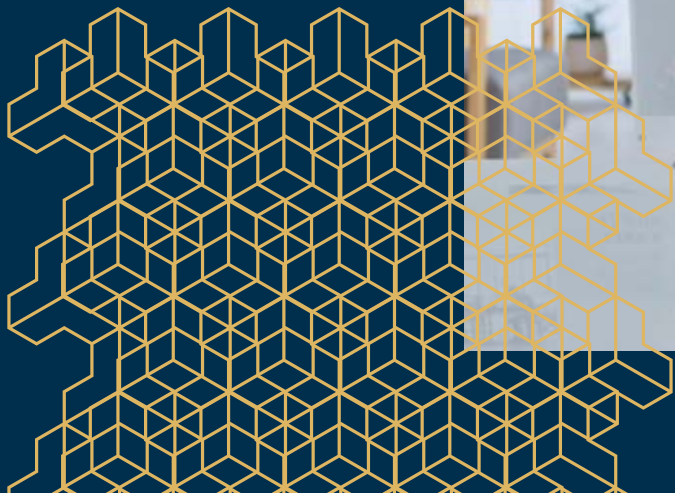
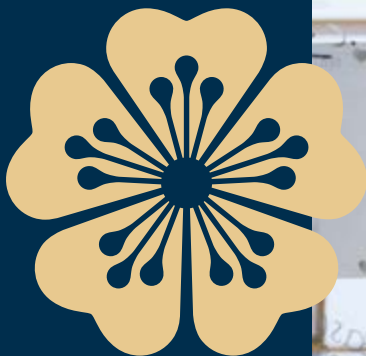
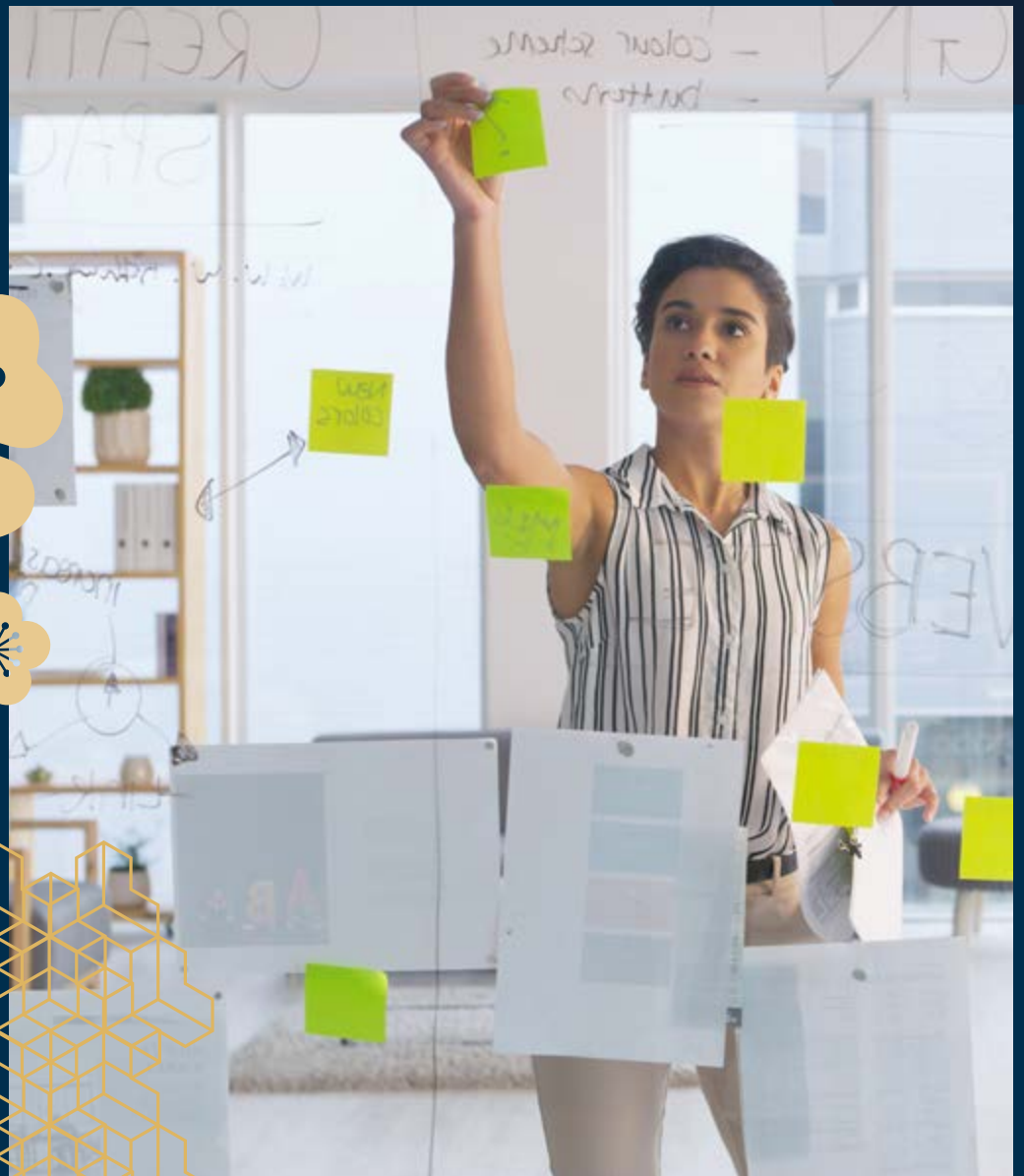
Os métodos de resolução de disputas incluem principalmente litígio, arbitragem e resolução alternativa de disputas (tais como mediação, reconciliação, entre outras).

Disputas com autoridades administrativas também podem ser resolvidas por meio de reconsideração administrativa e litígio administrativo.

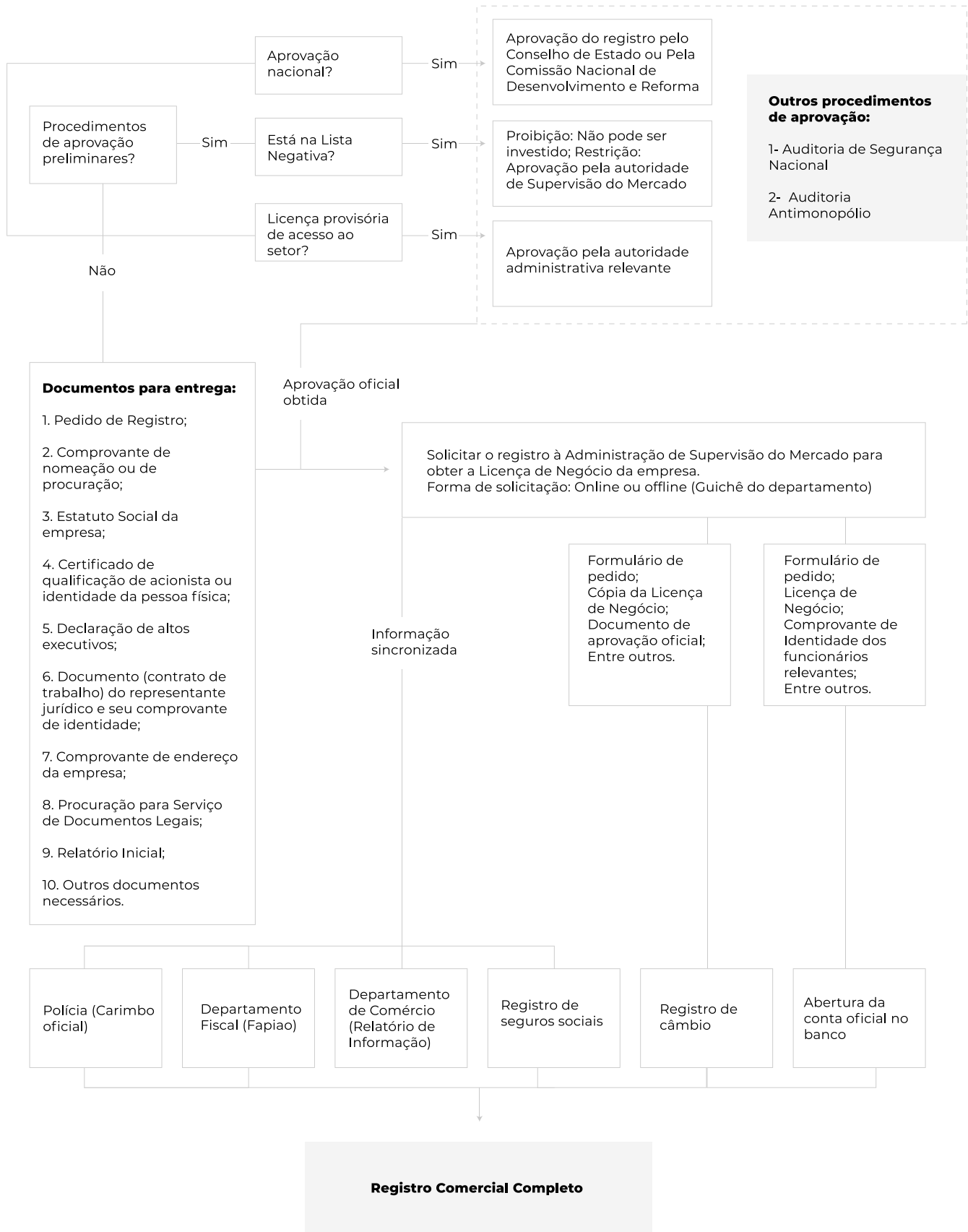
O sistema de tribunal da China é composto por Supremo Tribunal Popular, os tribunais populares locais (incluindo tribunal popular superior, tribunal popular médio e tribunal popular básico) e os tribunais populares especiais (tais como tribunais militares e marítimos, tribunais de propriedade intelectual, tribunais financeiros, entre outros).

A arbitragem no país asiático deve ser conduzida por comitês de arbitragem ao nível provincial. Além disso, a CIETAC (*China International Economic and Trade Arbitration Commission*) é um órgão específico para tratar com as arbitragens comerciais internacionais.

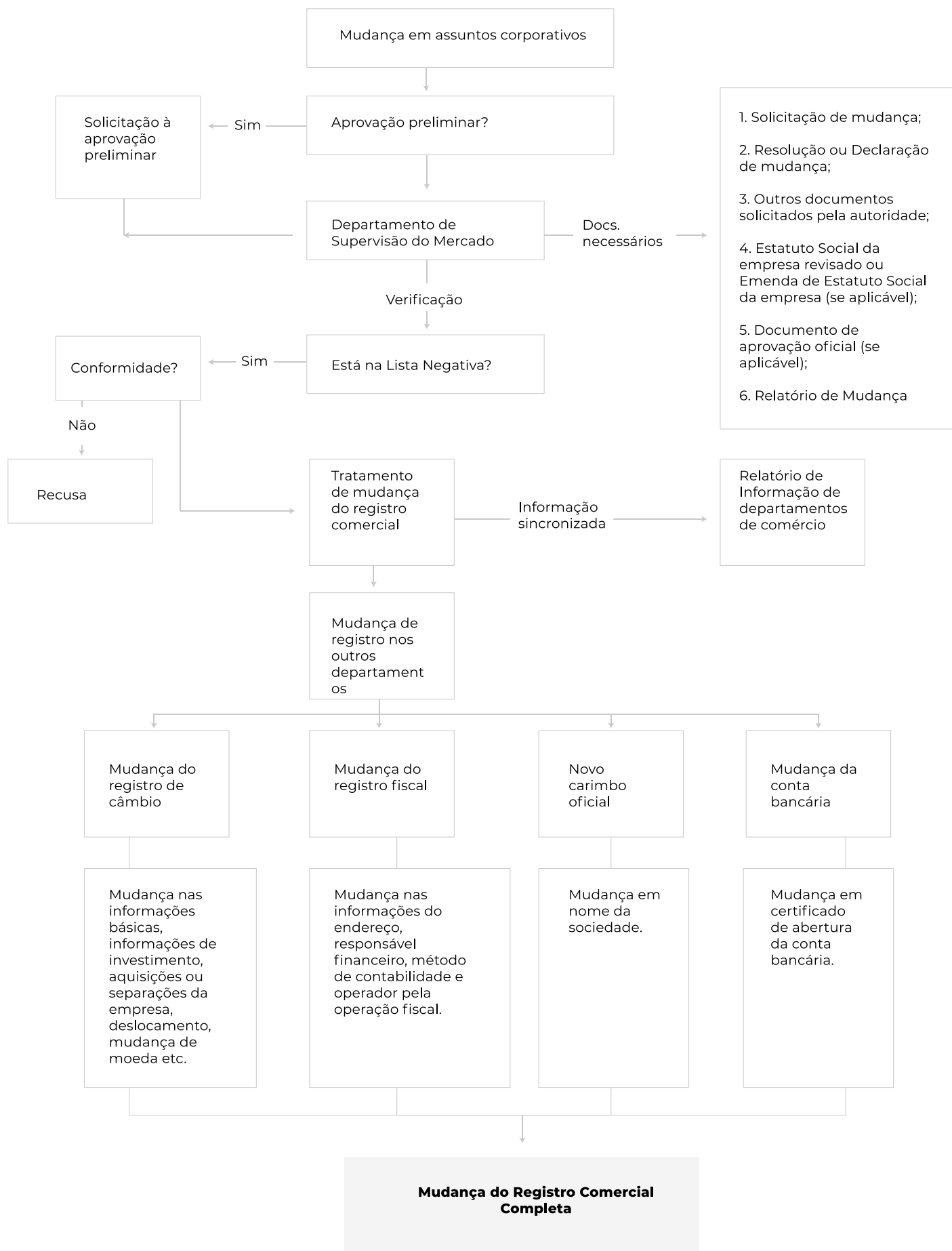
FLUXOS DE PROCESSOS



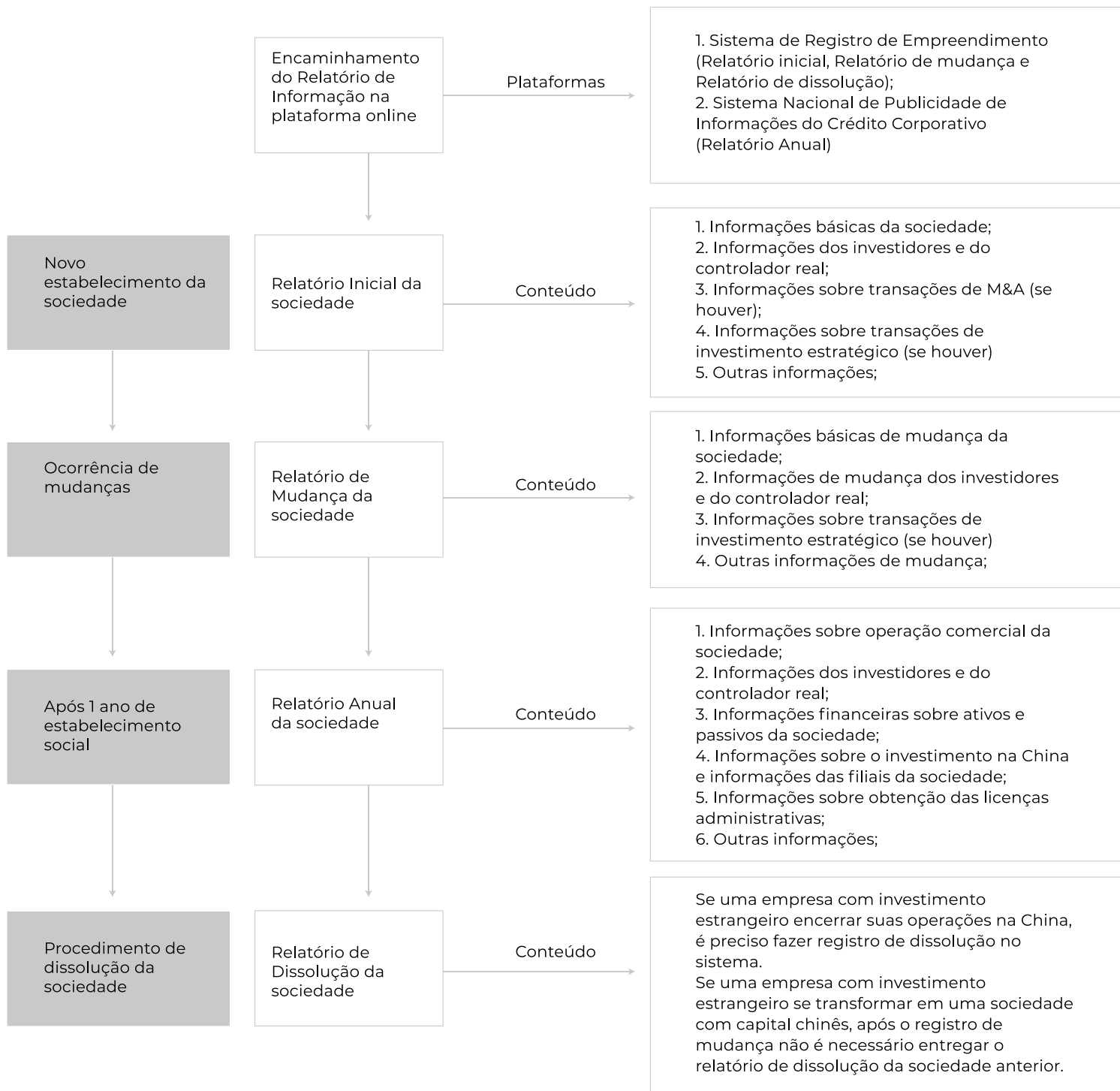
Fluxo de registro comercial



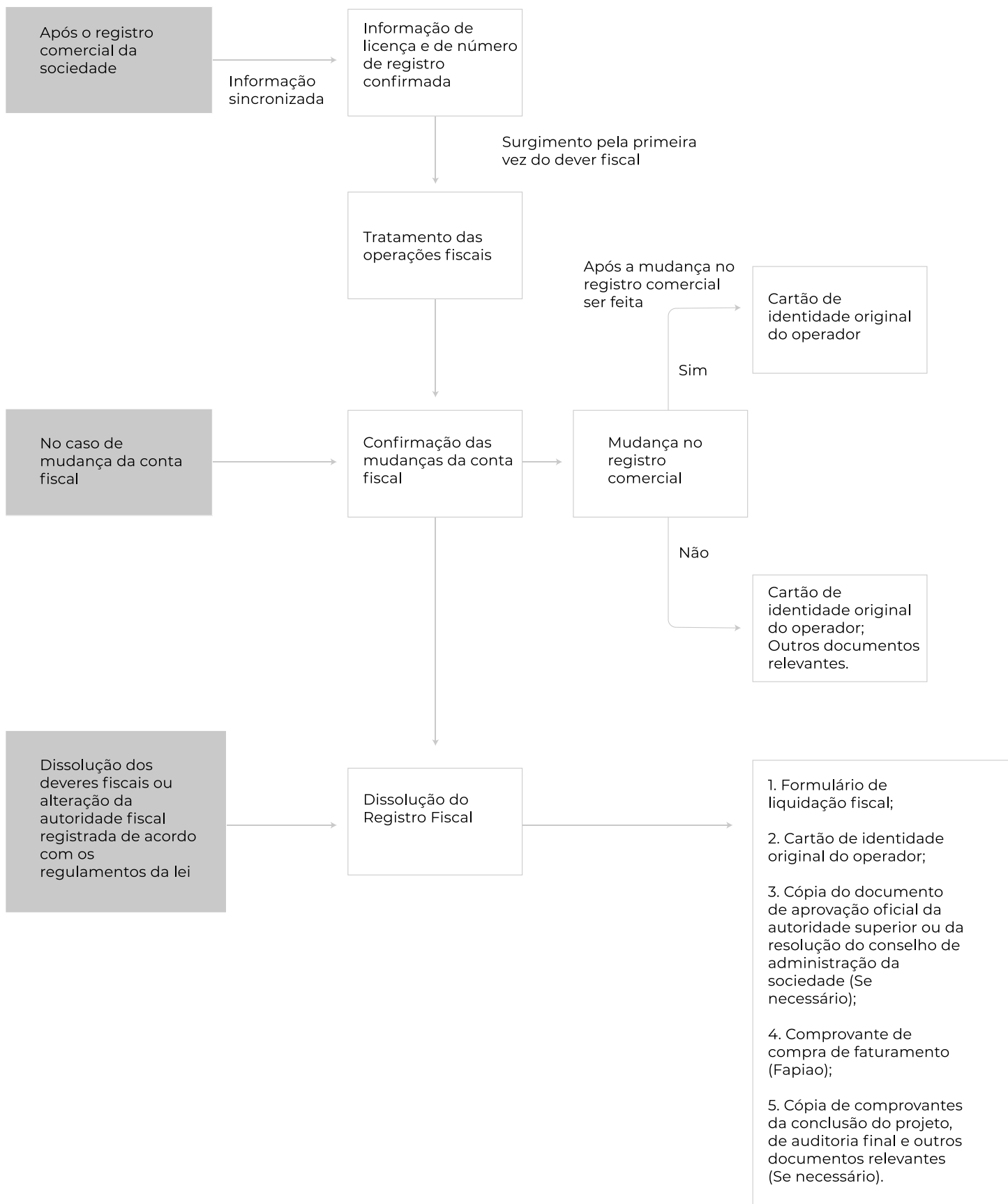
Mudança do Registro Comercial



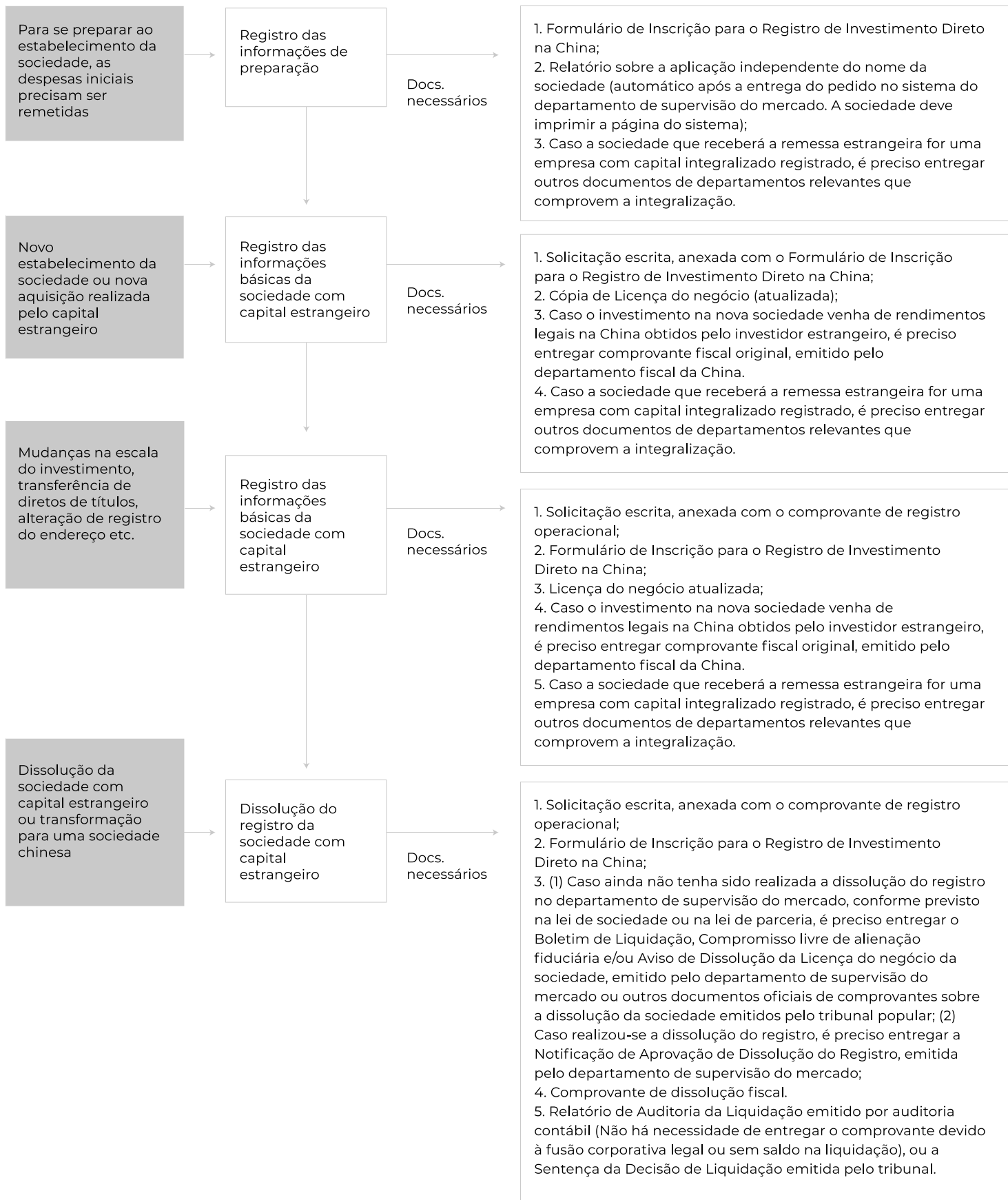
Fluxo do relatório de informação



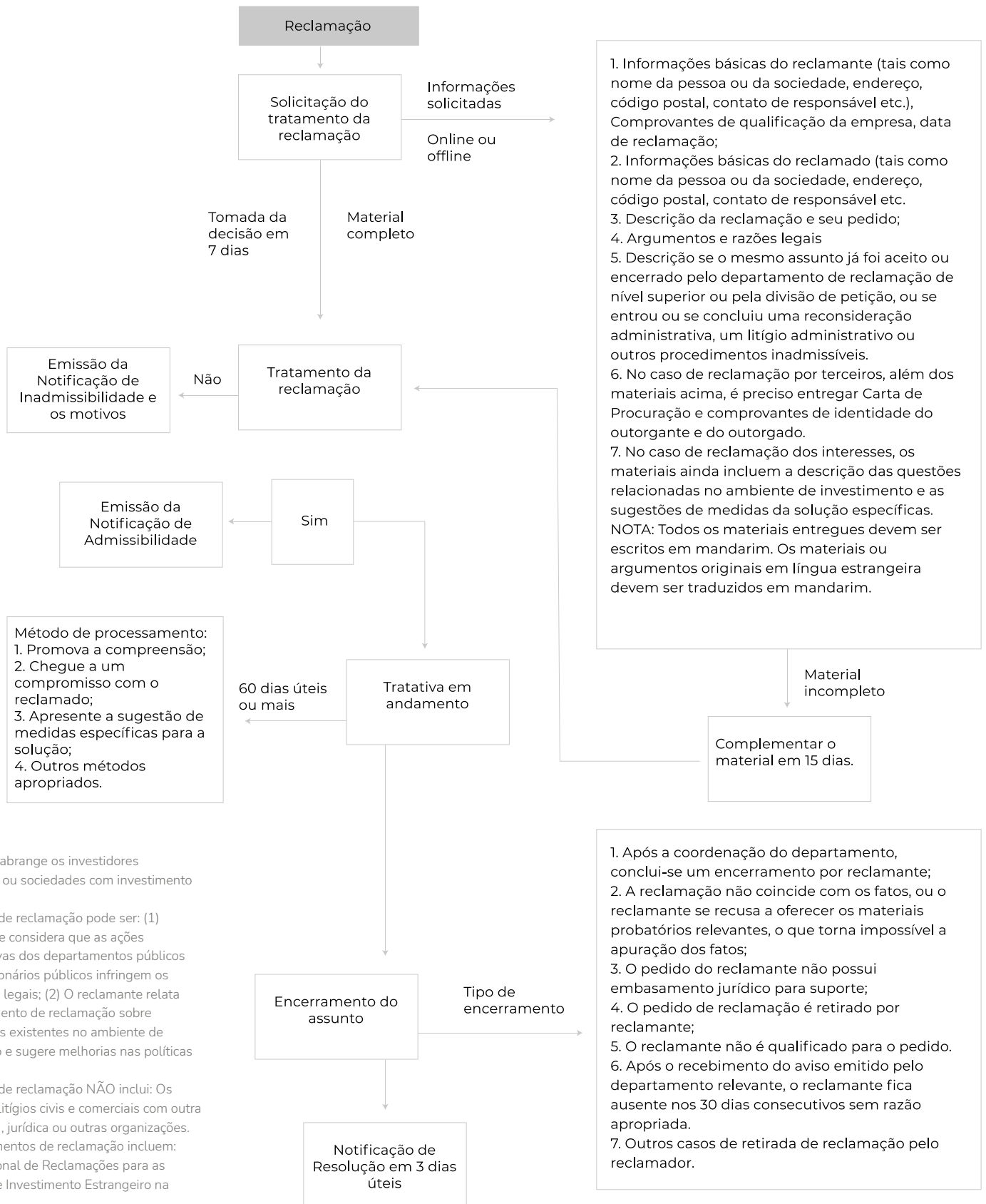
Fluxo de registro fiscal



Fluxo de operação de câmbio



Fluxo de reclamação



1. Informações básicas do reclamante (tais como nome da pessoa ou da sociedade, endereço, código postal, contato de responsável etc.), Comprovantes de qualificação da empresa, data de reclamação;
2. Informações básicas do reclamado (tais como nome da pessoa ou da sociedade, endereço, código postal, contato de responsável etc.);
3. Descrição da reclamação e seu pedido;
4. Argumentos e razões legais;
5. Descrição se o mesmo assunto já foi aceito ou encerrado pelo departamento de reclamação de nível superior ou pela divisão de petição, ou se entrou ou se concluiu uma reconsideração administrativa, um litígio administrativo ou outros procedimentos inadmissíveis.
6. No caso de reclamação por terceiros, além dos materiais acima, é preciso entregar Carta de Procuração e comprovantes de identidade do outorgante e do outorgado.
7. No caso de reclamação dos interesses, os materiais ainda incluem a descrição das questões relacionadas no ambiente de investimento e as sugestões de medidas da solução específicas.

NOTA: Todos os materiais entregues devem ser escritos em mandarim. Os materiais ou argumentos originais em língua estrangeira devem ser traduzidos em mandarim.

Método de processamento:

1. Promova a compreensão;
2. Chegue a um compromisso com o reclamado;
3. Apresente a sugestão de medidas específicas para a solução;
4. Outros métodos apropriados.

NOTA:

Reclamante abrange os investidores estrangeiros ou sociedades com investimento estrangeiro

O conteúdo de reclamação pode ser: (1) O reclamante considera que as ações administrativas dos departamentos públicos ou dos funcionários públicos infringem os seus direitos legais; (2) O reclamante relata ao departamento de reclamação sobre os problemas existentes no ambiente de investimento e sugere melhorias nas políticas relevantes.

O conteúdo de reclamação NÃO inclui: Os conflitos de litígios civis e comerciais com outra pessoa física, jurídica ou outras organizações. Os departamentos de reclamação incluem: Centro Nacional de Reclamações para as Empresas de Investimento Estrangeiro na China, Departamento de Reclamação ou Agência designada por governo de nível distrital ou superior.

1. Após a coordenação do departamento, conclui-se um encerramento por reclamante;
2. A reclamação não coincide com os fatos, ou o reclamante se recusa a oferecer os materiais probatórios relevantes, o que torna impossível a apuração dos fatos;
3. O pedido do reclamante não possui embasamento jurídico para suporte;
4. O pedido de reclamação é retirado por reclamante;
5. O reclamante não é qualificado para o pedido.
6. Após o recebimento do aviso emitido pelo departamento relevante, o reclamante fica ausente nos 30 dias consecutivos sem razão apropriada.
7. Outros casos de retirada de reclamação pelo reclamador.

Fontes:

http://www.fdi.gov.cn/resource/pdf/wx/2020_CN.pdf

http://www.stats.gov.cn/tjsj/zxfb/202101/t20210118_1812423.html

<http://www.customs.gov.cn/customs/302249/zfxgk/2799825/302274/302275/3511730/index.html>

<http://www.nra.gov.cn/xwzx/xwdt/yjhwx/>

<http://www.gov.cn/xinwen/2019-06/30/5404701/files/9d2dde75fa054d249dfa16267af42277.pdf>

http://www.gov.cn/zhengce/zhengceku/2020-12/16/content_5569975.htm

https://www.ndrc.gov.cn/xwdt/xwfb/202012/t20201231_1261597_ext.html

http://www.gov.cn/xinwen/2017-12/28/content_5251212.htm

<https://receita.economia.gov.br/aceso-rapido/legislacao/acordos-internacionais/acordos-para-evitar-a-dupla-tributacao/china/decreto-ndeg-762-de-19-de-fevereiro-de-1993>
<http://images.mofcom.gov.cn/www/202009/20200930095530841.pdf>



Lucio Di Domenico
lucio@bdco.com.br
+55 11 99235-8552

Jose Mario Moccia Antunes
jose.antunes@investsp.org.br
+86 13121065966

BDCo Brasil
Rua Ruth Cardoso, 4777 - 15 andar
Alto de Pinheiros, São Paulo - SP
CEP: 05477-902

InvestSP Brasil
Avenida Escola Politécnica, 82
Jaguapé, São Paulo – SP
CEP: 05350-000

BDCo China
159, Shen Wu Street, LihPao Tower 2
4th Floor, Office 404A
Minhang District, Shanghai

InvestSP China
159, Shen Wu Street, LihPao Tower 2
4th Floor, Office 404A
Minhang District, Shanghai

www.bdco.com.br

www.investe.sp.gov.br



bdco
businessdeliverycompany



INVEST SP
INVESTMENT PROMOTION AGENCY
巴西圣保罗州投资促进局

Para mais informações, permissão para reproduzir ou traduzir este trabalho, e todas as demais correspondências, envie uma mensagem para contato@bdco.com.br.

As informações contidas neste documento são de natureza geral e não têm a intenção de endereçar qualquer situação específica de uma empresa ou pessoa em particular. Envidamos todos os esforços para fornecer informações precisas e oportunas. No entanto, não conseguimos garantir que tais informações continuarão a ser precisas quando recebidas ou ainda no futuro. Situações particulares exigem um exame detalhado, recomendamos que procure aconselhamento profissional.

Crédito criativo: Marielson Morais, designer